

Gentrificação escolar e desigualdade educacional:

estudo de caso do Programa Ensino Integral na rede estadual de São Paulo

Eduardo D. Girotto – (Professor do Dep. de Geografia, FFLCH/USP)
João Victor Pavesi de Oliveira (Doutorando em Geografia Humana, FFLCH/USP)

Resumo: O presente trabalho busca apresentar algumas evidências do processo de gentrificação escolar nas escolas do Programa Ensino Integral (PEI), política educacional do Governo do Estado de São Paulo. Após expormos o entendimento para os processos de gentrificação escolar, analisamos a dinâmica de matrículas do Ensino Médio comparando as unidades participantes do Programa com as demais escolas da rede estadual, destacamos o fluxo escolar durante esta etapa de ensino e o impacto sobre as matrículas do período noturno. Identificou-se também que muitos estudantes que iniciam o Ensino Médio em uma escola PEI não concluem esta etapa na mesma unidade escolar. Verificamos que as escolas que aderiram ao Programa, no intervalo de tempo analisado, tiveram suas turmas do período noturno fechadas. Tais efeitos da política apontam para mudanças no perfil socioeconômico destas escolas PEI, caracterizada como resultados do processo de gentrificação escolar, que aprofundam as desigualdades educacionais e ferem a garantia do direito à educação.

Palavras chaves: Ensino Integral, Ensino Médio, gentrificação escolar;

Gentrificación Escolar y desigualdad educativa:

un estudio de caso del “Programa de Educación Integral” en la red estadual del São Paulo

Resumen: Este trabajo busca presentar algunas evidencias del proceso de gentrificación escolar en las escuelas en el marco del “Programa de Educación Integral” (PEI), política educativa del Gobierno del Estado de São Paulo. Luego de exponer nuestra comprensión de los procesos de gentrificación escolar, analizamos la dinámica de la matrícula del Escuela Secundaria comparando las unidades participantes del Programa con las otras escuelas de la red estadual, destacamos el flujo escolar durante esta etapa de enseñanza y el impacto en las matrículas del periodo nocturno. Se identificó que muchos estudiantes que inician la Secundaria en una escuela PEI no culminan esa etapa en la misma escuela. Encontramos también que los colegios que adhirieron al Programa, durante el periodo analizado, tuvieron sus clases nocturnas cerradas. Tales efectos de la política apuntan a cambios en el perfil socioeconómico de estas escuelas del PEI, caracterizados como resultados del proceso de gentrificación escolar, que profundizan las desigualdades educativas y socavan la garantía del derecho a la educación.

Palabras-clave: Educación de jornada completa, Escuela Secundaria, gentrificación escolar.

O Programa Ensino Integral (PEI), criado pelo governo estadual de São Paulo em 2012, atualmente está presente em 463 cidades, com mais de 2.300 escolas participantes, atendendo aproximadamente 1 milhão de estudantes. Nas pesquisas até aqui realizadas (GIROTTTO & CÁSSIO, 2018; OLIVEIRA, 2020; GIROTTTO & OLIVEIRA, 2023), temos analisado como esta política educacional vem produzindo mudanças na rede de ensino paulista, sendo uma delas a alteração no perfil socioeconômico dos estudantes.

Com o intuito de compreender as especificidades destas transformações produzidas pelo PEI na rede estadual paulista, temos feito uso do conceito de gentrificação escolar, termo

amplamente utilizado na literatura anglófona (FREIDUS, 2016; DESENA; ANSALONE, 2009; JORDAN; GALLAGHER, 2015; PERMAN II; SWAIN, 2017), porém com presença inexpressiva nas investigações latino-americanas. O conceito de gentrificação, de forma ampla, foi desenvolvido nos estudos urbanos, caracterizando-se, de modo geral, “pela ocupação dos centros das cidades por uma parte da classe média, de elevada remuneração, que desloca os habitantes da classe baixa, de menor remuneração, que viviam no centro urbano” (BATALLER, 2012, p. 10). Para o âmbito escolar, o fenômeno se refere às mudanças no perfil dos estudantes matriculados em determinadas unidades de ensino (UE), em que a alteração no perfil socioeconômico costuma estar relacionada às mudanças no perfil étnico-racial, levando a diminuição da população autodeclarada negra (JORDAN; GALLAGHER, 2015).

Nesse sentido, apresentamos os resultados parciais de pesquisa em curso¹, analisando a dinâmica de matrículas nas escolas que aderiram ao Programa no primeiro ciclo de implementação (2012-2018). Verificamos como a instalação do PEI tem produzido processos de gentrificação escolar nas unidades participantes, levando a ampliação das desigualdades escolares e socioespaciais. Para isso, dividimos a análise em dois momentos: analisaremos a dinâmica de matrículas do Ensino Médio observando a taxa de permanência dos estudantes e o impacto nas matrículas do ensino noturno. Até então, temos reconhecido nestes aspectos elementos que expressam o processo de gentrificação escolar produzida por essa política pública.

a) Efeitos sobre a taxa de permanência dos estudantes do Ensino Médio

Com o intuito de compreender os efeitos da implementação do Programa Ensino Integral sobre a dinâmica de matrícula na rede estadual de educação de São Paulo, optamos por iniciar as análises considerando o Ensino Médio. Esta escolha se assenta em pesquisas anteriores que indicam ser esta a etapa mais afetada com o processo de implementação do PEI considerando aspectos tais, como: diminuição de número de matrículas, turmas, etapas oferecidas, entre outros.

A fim de aprofundar a compreensão sobre outros possíveis efeitos do PEI nas matrículas para esta etapa, buscamos analisar, em primeiro momento, aquilo que

¹ Elaborados no âmbito da pesquisa “Ensino integral, gentrificação escolar e desigualdades: estudo longitudinal na rede estadual de educação de São Paulo (2012-2021)”, financiada pelo CNPq, Processo 405223/2021-8, sob a coordenação do Prof. Eduardo D. Girotto.

denominaremos, provisoriamente, como *taxa de permanência*. De modo geral, esta taxa expressa se um estudante matriculado no 1º ano do Ensino Médio continua na mesma unidade escolar dois anos depois. Por exemplo: um estudante matriculado no primeiro ano do Ensino Médio, em 2012 na escola X-1, segue na mesma escola em 2014? Se sim, em qual série? Em nossa perspectiva, a permanência de um estudante na mesma unidade durante todo período previsto de escolarização é uma das condições que revelam o direito à educação, pensado na intrínseca relação entre acesso e permanência.

Para a elaboração desta etapa de análises, partimos da hipótese de que a “taxa de permanência no Ensino Médio” (TPEM) nas escolas PEI é menor do que aquelas encontradas nas demais unidades da rede estadual de educação de São Paulo, o que apontaria a exclusão dos estudantes como uma das características do referido Programa.

Para a elaboração desta taxa, utilizamos os microdados de matrículas no Ensino Médio da rede de ensino estadual de São Paulo, disponíveis no site do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Para verificarmos a permanência do estudante na referida escola, usamos o “ID” dos estudantes disponível nos microdados. A partir disso, foi possível verificar se o estudante continuava na mesma escola, se estava no ano/série adequado, se havia mudado de escola, continuado na rede estadual ou migrado para outra rede.

O recorte temporal da análise englobou os anos entre 2012 e 2017, primeiro ciclo da política de implementação do PEI no Estado. Cabe ressaltar que o mais adequado seria construir a análise até o ano de 2018, no qual se encerra as duas primeiras gestões da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP) vinculadas ao governo de Geraldo Alckmin (na época do PSDB). No entanto, a partir de 2018 ocorre alterações nas bases do censo escolar introduzindo o mascaramento, um mecanismo de desidentificação da informação, que substitui o valor original por outro fictício; impossibilitando o acompanhamento das trajetórias dos estudantes na rede e impedindo a construção da análise proposta.

Os dados de matrícula entre os anos de 2012 e 2017 foram agrupados em dois conjuntos: o primeiro reúne as matrículas das escolas PEI; o segundo agrupa as matrículas de tempo parcial no restante da rede estadual. Em relação a este segundo conjunto, foram excluídas as matrículas referentes a Educação Profissional e aquelas que não estão diretamente vinculadas à SEDUC-SP, sendo consideradas apenas aquelas em classes

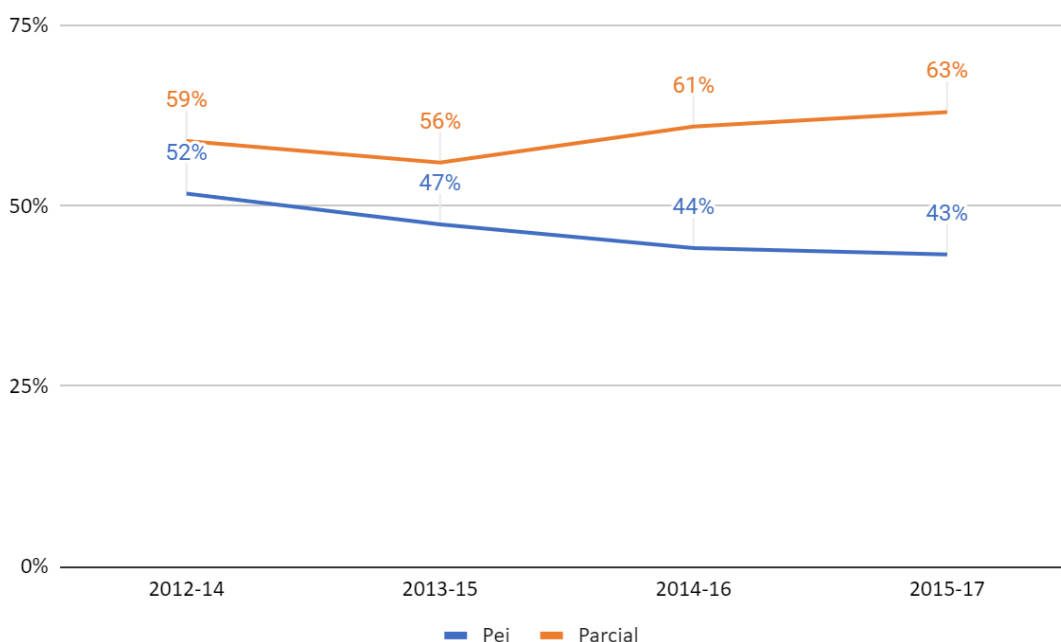
regulares. A partir disso, analisamos a permanência dos estudantes em cada conjunto de matrículas. Na tabela 1 apresentamos os anos agrupados e as quantidades de casos observados nas análises:

Tabela 1: Matrículas no 1º ano do Ensino Médio nas escolas PEI e escolas de tempo parcial (2012-2017)

	PEI	tempo parcial
2012 – 14	2.575	628.388
2013 – 15	3.826	612.238
2014 – 16	5.910	622.196
2015 – 17	2.464	559.380

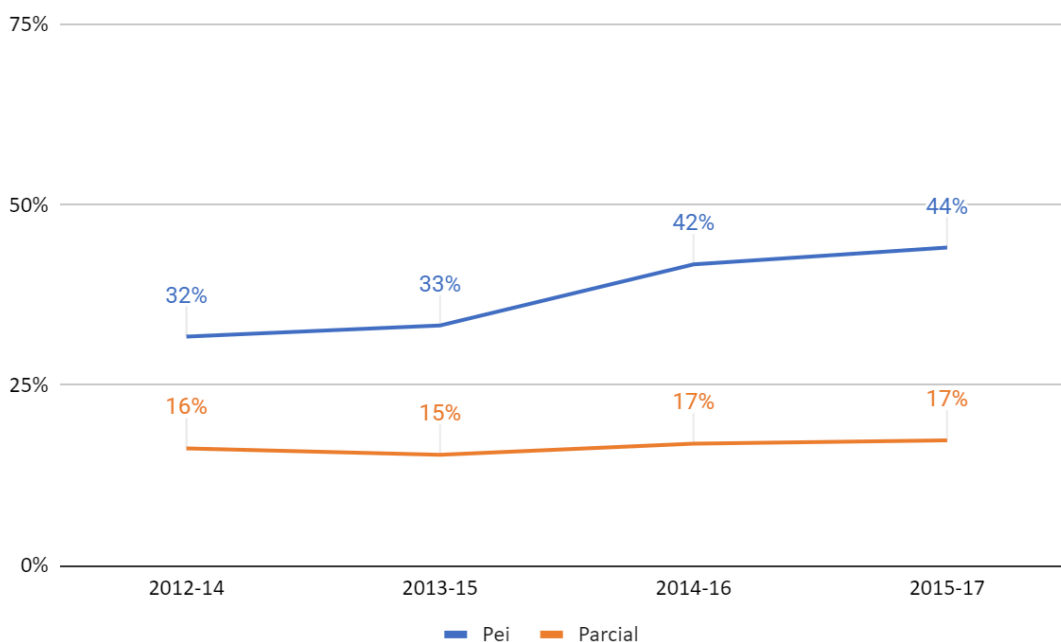
Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do Censo Escolar / INEP (2012-2017)

O gráfico 1 e 2 apresentam a taxa de permanência do Ensino Médio em cada um dos períodos analisados.

Gráfico 1: percentual de estudantes matriculados no 1º ano do Ensino Médio que permaneceram na mesma UE nos dois anos subsequentes (2012-2017)

Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do Censo Escolar / INEP (2012-2017)

Gráfico 2: percentual de estudantes que mudaram de escola (2012-2017)

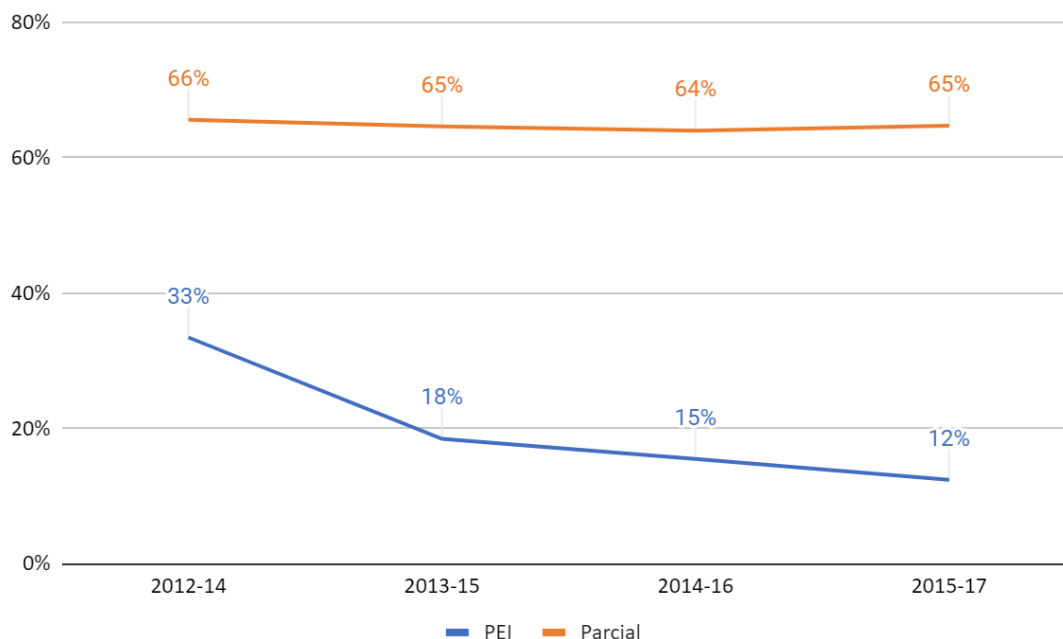


Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do Censo Escolar / INEP (2012-2017)

A partir do primeiro gráfico é possível perceber uma permanência menor nas escolas PEI em comparação com as demais escolas de tempo parcial. Cabe considerar que a diferença entre os dois grupos foi se ampliando com processo de implementação do Programa Ensino Integral, sendo que nos dois últimos períodos de análise a diferença se intensificou, com diminuição da permanência dos estudantes na PEI e constância no restante da rede.

As pesquisas já mencionadas indicam diferentes fatores socioeconômicos que estão diretamente relacionados com esta menor taxa de permanência dos estudantes do Ensino Médio nas escolas PEI, dentre os quais destacam-se: a necessidade de conciliar trabalho e estudo em uma jornada escolar estendida (de 7 a 9 horas diária) e a ausência de políticas de permanência estudantil, em especial, de oferecimento de bolsas aos estudantes mais vulneráveis.

Com o intuito de entender como a própria dinâmica pedagógica das escolas PEI pode estar vinculada com a menor taxa de permanência dos estudantes no Ensino Médio, analisamos os efeitos que as reprovações desempenham na mudança de unidade escolar. Assim, no gráfico 3 apresentamos o percentual estudantes reprovados e que permaneceram nas mesmas unidades de ensino.

Gráfico 3: percentual de estudantes reprovados que permaneceram nas unidades escolares PEI e Regulares (2012-2017)

Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do Censo Escolar / INEP (2012-2017)

Os dados mostram um importante contraste entre as escolas PEI e as unidades de tempo parcial no que se refere a permanência dos estudantes reprovados. Enquanto no geral da rede, em média, 6 em cada 10 estudantes reprovados permanecem na mesma escola, este valor cai para 2 em cada 10 nas unidades PEI. Desse modo, é possível inferir que o processo de reprovação nas escolas do Programa tem implicações diretas na taxa de permanência dos estudantes, o que nos leva a questionar se as reprovações não poderiam estar sendo utilizadas como um mecanismo não explícito de seleção dos estudantes da unidade. Tal inferência se dá uma vez que uma taxa tão baixa de permanência, nas unidades PEI, de estudantes reprovados parece ir na contramão das próprias recomendações gerais da SEDUC-SP acerca da necessidade de recuperação das aprendizagens dos estudantes. Parece que, na impossibilidade de criar mecanismos explícitos de seleção de estudantes, com provas de ingresso, as escolas participantes do PEI apostaram em uma dinâmica pedagógica alicerçada na reprovação punitivista e, conseqüentemente, na exclusão dos estudantes reprovados, para selecionarem aqueles que melhor se adequem aos objetivos político-pedagógicos do Programa.

É importante ressaltar que os dados apresentados reforçam as evidências publicados no relatório do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP, 2016) que já indicava a baixa permanência de estudantes nas escolas PEI, indicando, inclusive, um conjunto de ações

a serem desenvolvidas pela SEDUC-SP para enfrentar este grave problema. Pelos dados aqui discutidos, pouco foi feito para alterar este quadro, o que indica não se tratar de um erro de execução da referida política educacional, mas um dos seus sentidos de ser.

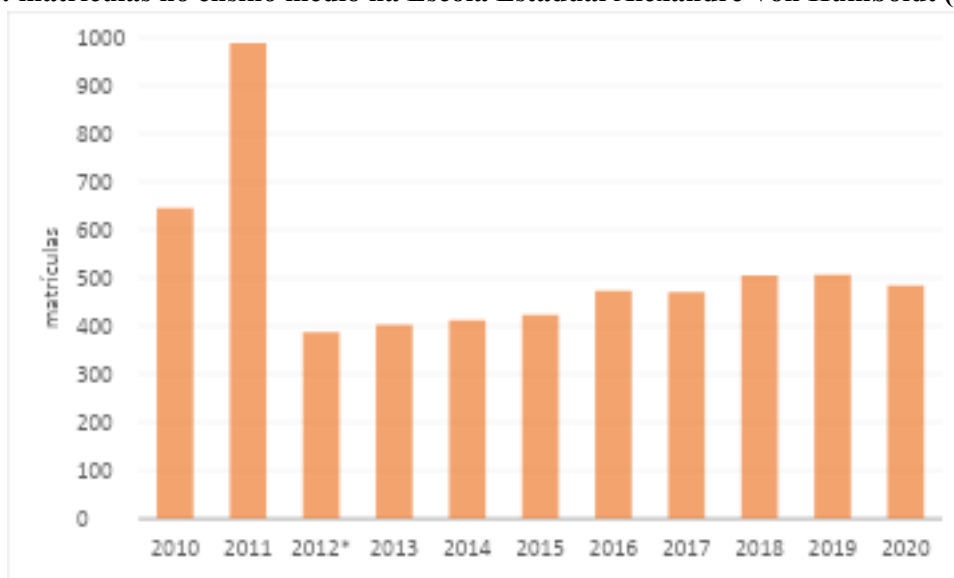
Assim, a partir deste primeiro conjunto de dados apresentados e discutidos pretendemos dar continuidade a análise, considerando o segundo período de implementação do PEI (2019-2022). Para isso, o principal desafio consiste em obter os IDs dos estudantes mascarados desde 2018 que solicitaremos através de pedido à ser feito pela lei de acesso à informação, permitindo compreender se esta diferença na taxa de permanência entre as escolas PEI e demais da rede se mantém, diminuiu ou se ampliou com a expansão do Programa. Considerando que, durante este segundo período, não houve a adoção de medidas que pudessem garantir a permanência dos estudantes mais vulneráveis nas escolas PEI, temos como hipótese que a expansão exponencial ocorrida no Programa no após-2018 produziu um quadro de ampliação da exclusão dos estudantes do Ensino Médio.

b) Os efeitos do PEI sobre o atendimento e a demanda do Ensino Médio

Um segundo conjunto de análises foi realizado com o intuito de compreender os possíveis efeitos da implementação do PEI sobre o atendimento e a demanda de matrículas do Ensino Médio na rede estadual paulista. Para isso, ainda com o olhar atento nesse primeiro ciclo da política, de 2012 a 2018, observamos o comportamento das matrículas nessa etapa da Educação Básica nos anos anteriores a implementação do Programa até 2020, com recorte espacial no município de São Paulo. Para discussão, analisamos tanto as matrículas totais desta etapa, quanto as específicas ao ensino noturno ao longo do tempo.

Para um universo de 63 unidades de Ensino Integral, no que se refere a análise global do Ensino Médio, encontramos uma recorrência de escolas que estavam em processo de ampliação do número de matriculados nesta etapa até sua adesão ao Programa, apresentando uma queda brusca no oferecimento de matrículas no ano subsequente a sua incorporação. Os gráficos a seguir apresentam exemplos de unidades que permitem ilustrar a situação:

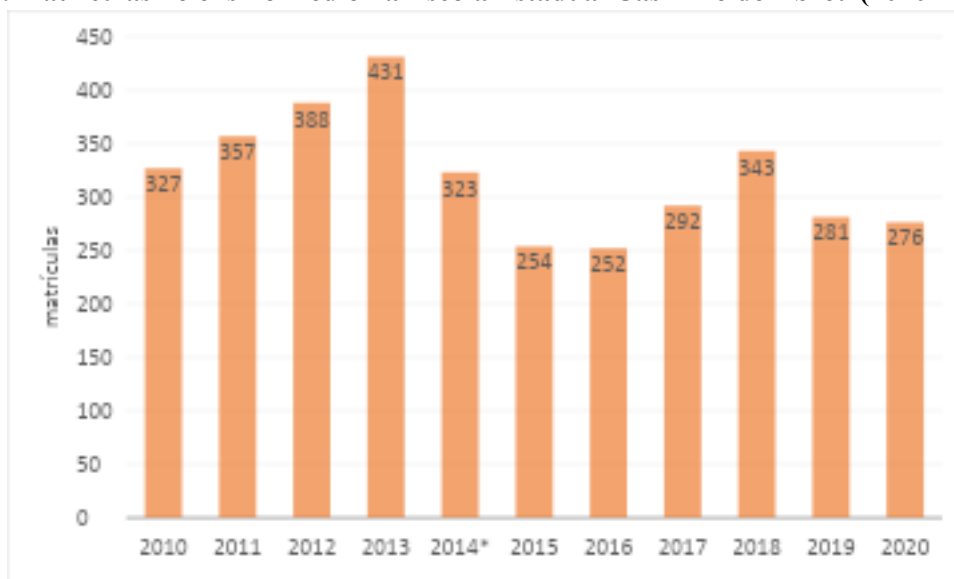
Gráfico 4: matrículas no ensino médio na Escola Estadual Alexandre Von Humboldt (2010-2020)



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do Censo Escolar / INEP (2010-2020)

*Ano de ingresso da escola ao Programa

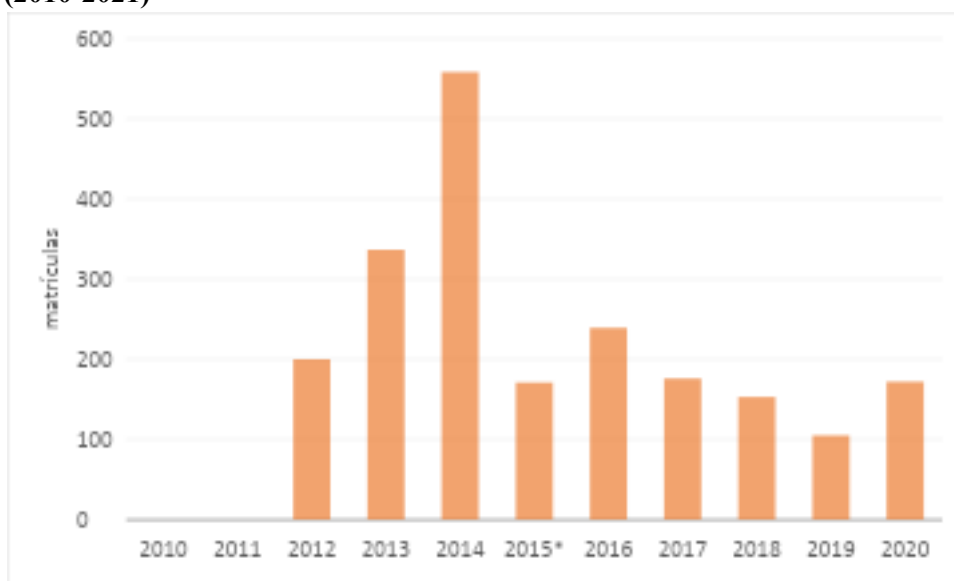
Gráfico 5: matrículas no ensino médio na Escola Estadual Casimiro de Abreu (2010-2020)



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do Censo Escolar / INEP (2010-2020)

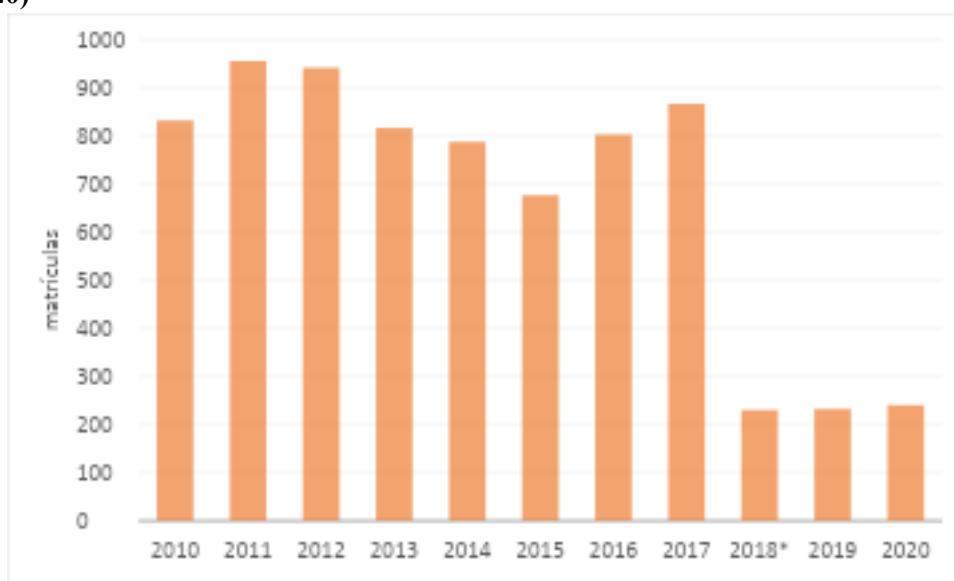
*Ano de ingresso da escola ao Programa

Gráfico 6: matrículas no ensino médio na Escola Estadual Profa. Bernadete Aparecida Pereira de Godói (2010-2021)



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do Censo Escolar / INEP (2010-2020)
*Ano de ingresso da escola ao Programa

Gráfico 7: matrículas no ensino médio na Escola Estadual José Vicente de Azevedo Conde (2010-2020)

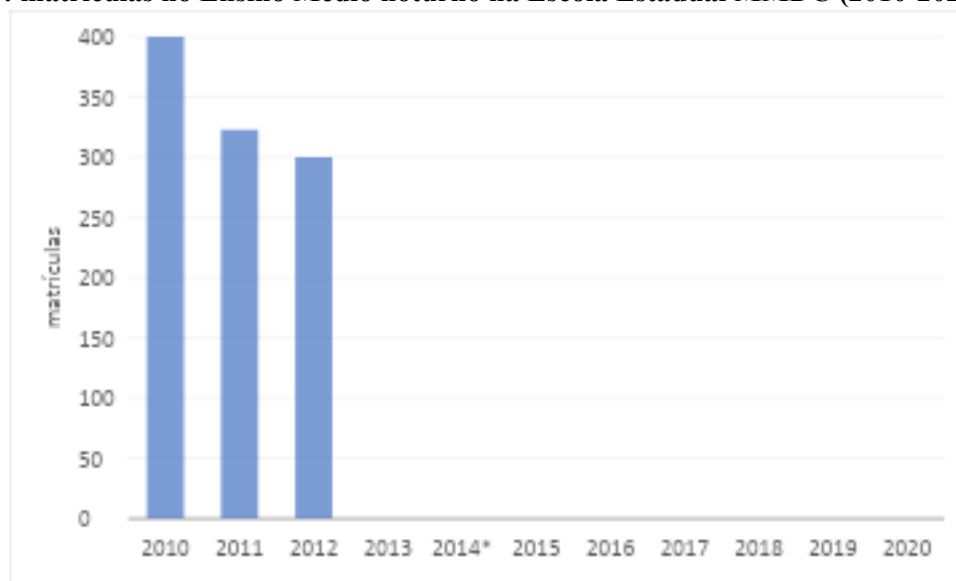


Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do Censo Escolar / INEP (2010-2020)
*Ano de ingresso da escola ao Programa

Em nossa perspectiva, esta dinâmica de redução do número de matrículas após incorporação da escola ao Programa, durante o período de 2012-2018, funcionou como um freio no atendimento da demanda de matrículas no Ensino Médio na rede estadual, contribuindo para possíveis processos de exclusão dos estudantes durante esta etapa de ensino, ação que vai na direção contrária de garantir o direito à educação na perspectiva da equidade.

Utilizando dos mesmos critérios, acompanhamos as matrículas do Ensino Médio noturno sendo possível verificar outro comportamento também recorrente e tão prejudicial quanto anteriormente: o fechamento de salas anos antes do ingresso da escola ao Programa. Em alguns casos graves, encontramos a Escola Estadual MMDC que aderiu ao PEI em 2014 e deixou de oferecer 300 vagas no Ensino Médio noturno dois anos antes do seu ingresso ao PEI, em 2014.

Gráfico 8: matrículas no Ensino Médio noturno na Escola Estadual MMDC (2010-2020)

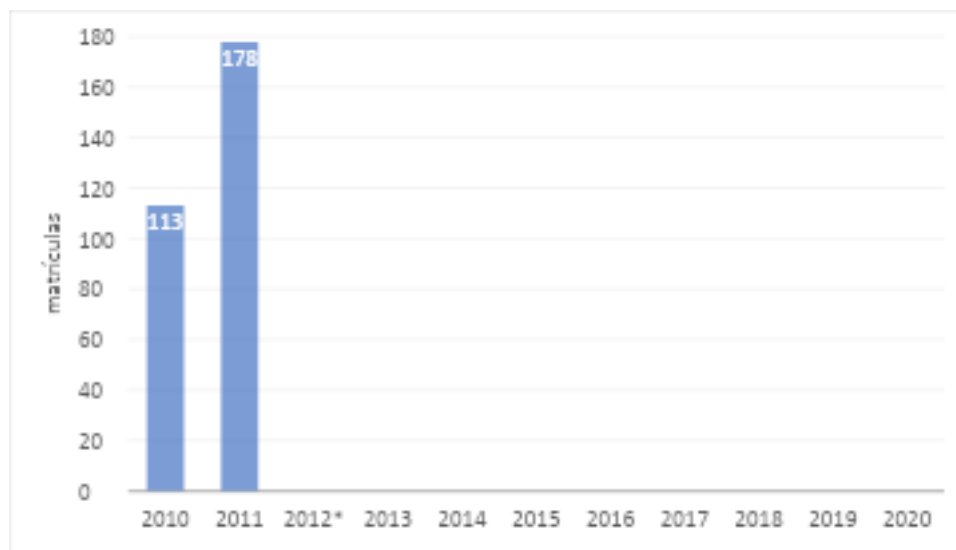


Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do Censo Escolar / INEP (2010-2020)

*Ano de ingresso da escola ao Programa

Há também o caso de unidades nas quais foi observada a expansão do Ensino Médio noturno anteriormente à adesão ao Programa e que tiveram suas classes do noturno encerradas de forma abrupta após o ingresso. Destacam-se, neste caso, as seguintes unidades: Escola Estadual Alexandre Von Humboldt, Escola Estadual Milton da Silva Rodrigues, Escola Estadual Isaia Leirner, Escola Estadual Prof. Américo de Moura e Escola Estadual Prof. Wilson Roberto Simonini. No caso desta última unidade escolar, pode-se verificar um abrupto encerramento de 400 vagas noturnas com a implementação do Programa.

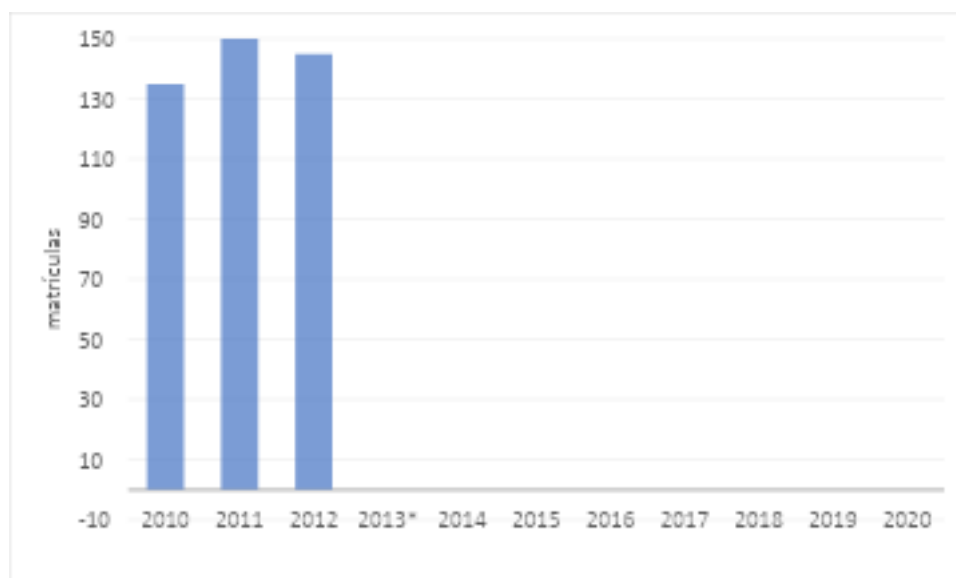
Gráfico 9: matrículas no Ensino Médio noturno na Escola Estadual Alexandre Von Humboldt (2010-2020)



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do Censo Escolar / INEP (2010-2020)

*Ano de ingresso da escola ao Programa

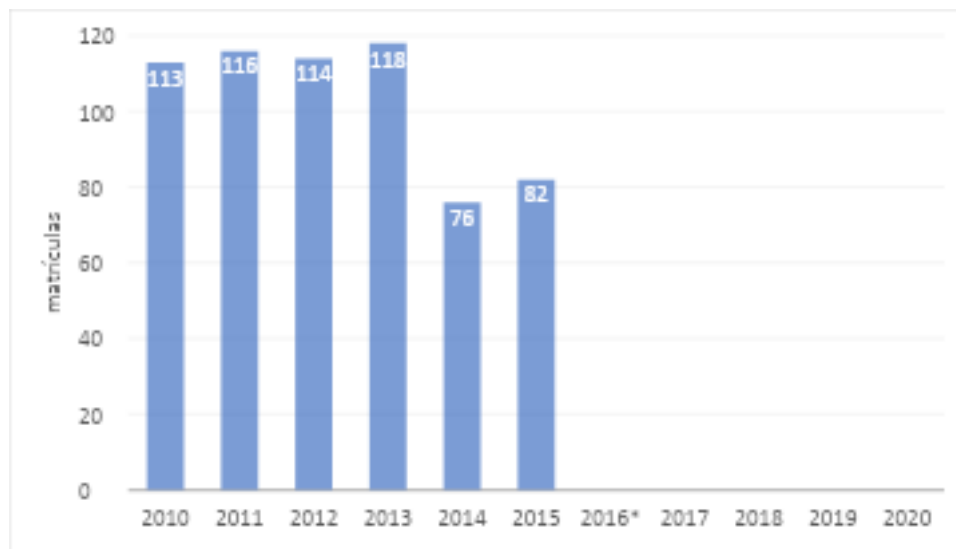
Gráfico 10: matrículas no Ensino Médio noturno na Escola Estadual Milton da Silva Rodrigues (2010-2020)



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do Censo Escolar / INEP (2010-2020)

*Ano de ingresso da escola ao Programa

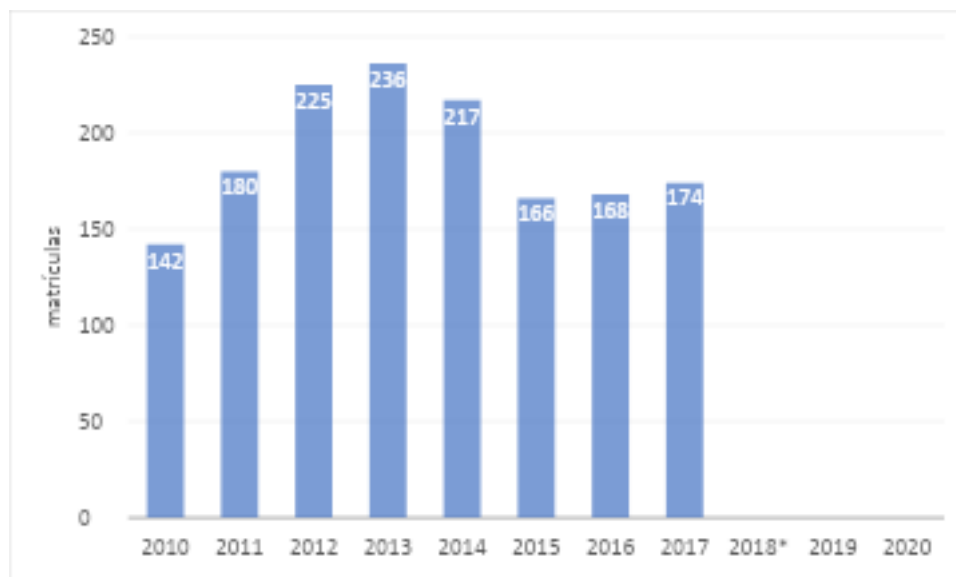
Gráfico 11: matrículas no Ensino Médio noturno na Escola Estadual Isai Leirner (2010-2020)



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do Censo Escolar / INEP (2010-2020)

*Ano de ingresso da escola ao Programa

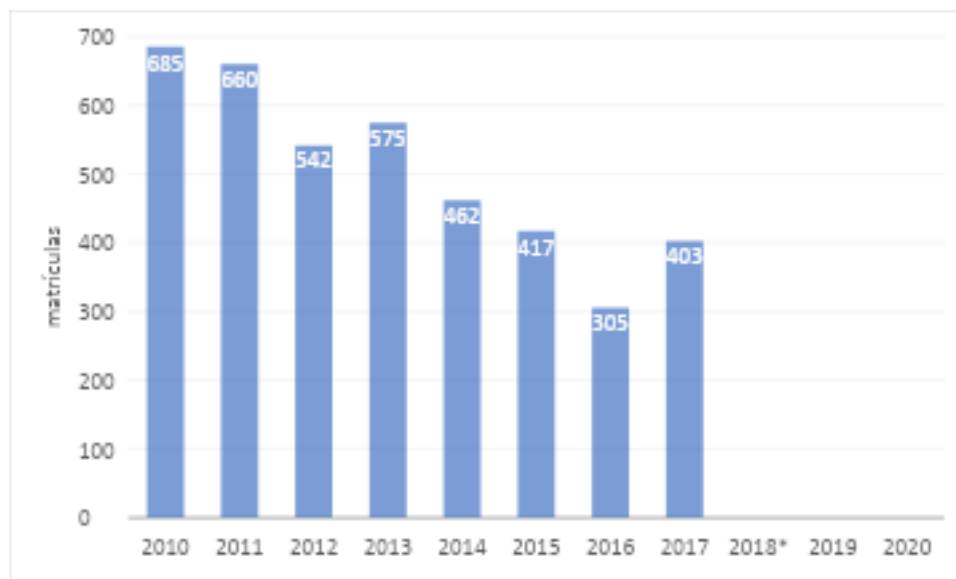
Gráfico 12: matrículas no Ensino Médio noturno na Escola Estadual Prof. Américo de Moura (2010-2020)



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do Censo Escolar / INEP (2010-2020)

*Ano de ingresso da escola ao Programa

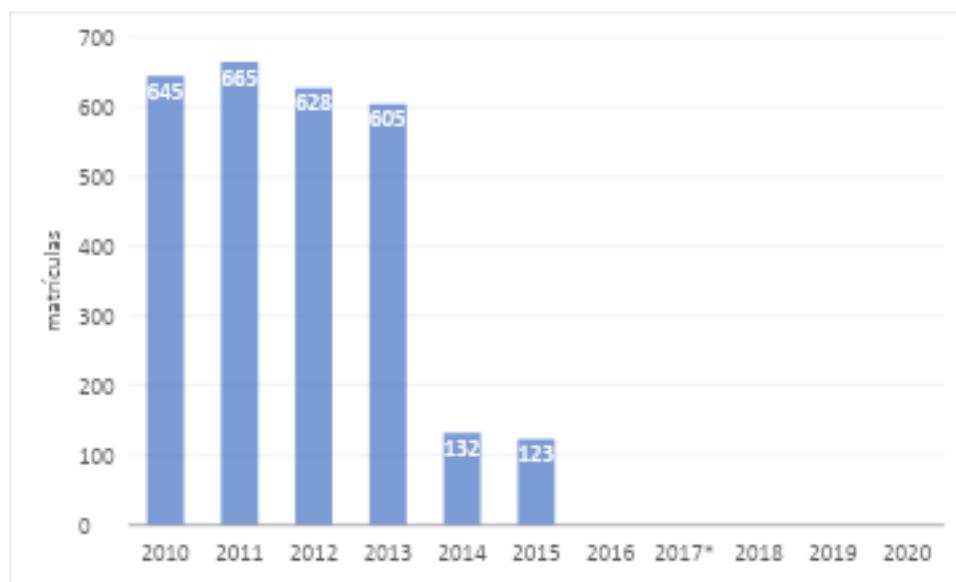
Gráfico 13: matrículas no ensino médio noturno na Escola Estadual Prof. Wilson Roberto Simonini (2010-2020)



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do Censo Escolar / INEP (2010-2020)
*Ano de ingresso da escola ao Programa

Chama a atenção também o caso da Escola Estadual Luciane do Espírito Santo, cuja adesão ao Programa se deu em 2017: até 2013 a escola atendia mais de 600 estudantes no período noturno. Em 2014 e 2015, ocorreu uma queda brusca de matrículas no referido período, sendo encerrado em 2016.

Gráfico 14: matrículas no ensino médio noturno na Escola Estadual Luciane do Espírito Santo (2012-2020)



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do Censo Escolar / INEP (2010-2020)
*Ano de ingresso da escola ao Programa

Considerações

Os dois conjuntos de dados produzidos até esse momento no processo de pesquisa, permite identificar modificações na oferta das matrículas de Ensino Médio na rede estadual de São Paulo que estão diretamente relacionadas ao processo de implementação do PEI. Destacam-se, como principais modificações, a diminuição abrupta / extinção das matrículas noturnas e a diminuição do número total de matrículas no Ensino Médio nas escolas que aderiram ao programa.

Além disso, como indicam os dados relacionados ao fluxo de matrículas dos estudantes do PEI, é possível verificar a existência de processos de exclusão que podem estar relacionados às concepções que norteiam os Projetos Políticos Pedagógicos das unidades, focados na obtenção de resultados nas avaliações em larga escala e na adoção de currículos padronizados. A análise do fluxo da trajetória dos estudantes no Ensino Médio na rede estadual de São Paulo indicou uma menor taxa de permanência dos estudantes nas escolas PEI quando comparado com as escolas de tempo parcial. Além disso, os dados possibilitam inferir que a lógica de avaliação pode estar relacionada com a baixa permanência dos estudantes na unidade PEI.

Assim, se correlacionarmos os dados produzidos até o momento com outras investigações já realizadas (GIROTTTO & CÁSSIO, 2017; GIROTTTO; JACOMINI, 2019) é possível afirmarmos que o PEI tem induzidos processos de gentrificação escolar na rede estadual de São Paulo, resultando na modificação do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes matriculados nas escolas participantes do Programa e induzindo desigualdades na dinâmica das matrículas na rede estadual Paulista.

Restam questões de pesquisa que buscam construir as possíveis correlações entre a gentrificação escolar e os processos de produção do espaço urbano, em especial, os estudos sobre gentrificação. Ainda são escassos no contexto brasileiro e latino-americano os estudos que busquem construir tal correlação entre os dois fenômenos, indicando a necessidade de avançarmos nesta importante agenda de pesquisa que pode colocar luz sobre o papel das políticas educacionais na produção do espaço urbano, seja em termos de ampliação das desigualdades e da mercantilização da cidade e da escola, seja em termos de pensarmos uma política educacional que dialogue com outras políticas de direito, como o direito à cidade. Esperamos, brevemente, que possamos avançar na produção de estudos que avancem a partir desta agenda de pesquisa.

Referências bibliográficas

BATALLER, M. A. S (2012). O Estudo da Gentrificação. *Revista Continentes (UFRRJ)*, 1, 9-37. Disponível em: <<https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/5>>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep) (2011). **Censo Escolar - 2010**. Brasília: MEC.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep) (2012). **Censo Escolar - 2011**. Brasília: MEC.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep) (2013). **Censo Escolar - 2012**. Brasília: MEC.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep) (2014). **Censo Escolar - 2013**. Brasília: MEC.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep) (2015). **Censo Escolar - 2014**. Brasília: MEC.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep) (2016). **Censo Escolar - 2015**. Brasília: MEC.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep) (2017). **Censo Escolar - 2016**. Brasília: MEC.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep) (2018). **Censo Escolar - 2017**. Brasília: MEC.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep) (2019). **Censo Escolar - 2018**. Brasília: MEC.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep) (2020). **Censo Escolar - 2019**. Brasília: MEC.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep) (2021). **Censo Escolar - 2020**. Brasília: MEC.

DESENA, J. N. & ANSALONE, G. (2009). Gentrification, Schooling and Social Inequality. *Educational Research Quarterly*, 33, 61-76.

FREIDUS, A. (2019). “A Great School Benefits Us All”: Advantaged Parents and the Gentrification of an Urban Public School. *Urban Education*, 54, 1121–1148.

GIROTTO, E. D., & CÁSSIO, F. L. (2018). A desigualdade é a meta: Implicações socioespaciais do Programa Ensino Integral na cidade de São Paulo. *Archivos Analíticos De Políticas Educativas / Education Policy Analysis Archives*, 26, 109-137. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/3499>

GIROTTO, E. D., & OLIVEIRA, J. V. P. (2023). Política educacional e gentrificação escolar: estudo de caso sobre o Programa Ensino Integral na cidade de São Paulo. *ETD: Educação Temática Digital*, 25, 1-20. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/etd.v25i00.8666691>

GIROTTO, E. D., & JACOMINI, M. A. (2019). Entre o discurso da excelência e a lógica do controle: os riscos do Programa Ensino Integral na rede estadual de São Paulo. *Revista de Ciências da Educação*, 87-113.

JORDAN, R. & GALLAGHER, M. (2015). *Does school choice affect gentrification?* Washington, DC: Urban Institute.

OLIVEIRA, J. V. P. (2020). *Geografia, escola e política educacional: um estudo do Programa Ensino Integral (PEI) (2011 - 2019) na cidade de São Paulo*. 2020. 107 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

PERMAN, F. A. & SWAIN, W. A. (2017). School Choice, Gentrification, and the Variable Significance of Racial Stratification in Urban Neighborhoods. *Sociology of Education*. 90, 213–235. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0038040717710494>.